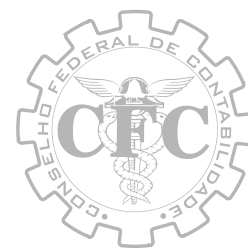


Jornal do CFC

Informativo do Conselho Federal de Contabilidade



Brasília-DF – ano 10, nº 86 – março/abril de 2007 – distribuição gratuita

II ENCCCC

Encontro supera expectativa dos participantes

Págs. 3 a 6

Pág. 7

CPC Prepara nova audiência pública

Pág. 8

CFC Discute a Criação da Super-receita



Nessa Edição

2 Editorial

2 Cartas

3 Abertura II ENCCCC

4 IFAC

5 Sinaes

6 Anpcont

7 CPC

9 VI ENMC

10 Rede Contabilizando o Sucesso

11 Novo sistema de consultas

11 Exame de Qualificação Técnica

12 Acontece no CFC

Plenário do CFC

Presidente

Contadora Maria Clara Cavalcante Bugarim

Vice-presidentes

Contador Enory Luiz Spinelli
Contador Antonio Augusto de Sá Colares
Contador Luiz Carlos Vaini
Contador Adeildo Osório de Oliveira
Contador José Martonio Alves Coelho
Contador Juarez Domingues Carneiro
Contadora Sílvia Mara Leite Cavalcante

Conselho Consultivo

Ynel Alves de Camargo
Olívio Koliver
Antônio Lopes de Sá
Sérgio Approbato Machado
Antonio Carlos Nasi
José Serafim Abrantes
José Maria Martins Mendes
João Verner Jueneemann
Alcedino Gomes Barbosa
José Martonio Alves Coelho

Conselheiros Efetivos

Contador Adeildo Osório de Oliveira
Contador Antônio Augusto de Sá Colares
Contador Enory Luiz Spinelli
Contador Francisco Fernandes de Oliveira
Contador Hugo Rocha Braga
Contador João de Oliveira e Silva
Contador José Martonio Alves Coelho
Contador José Wagner Rabelo Mesquita
Contador Juarez Domingues Carneiro
Contadora Jucileide Ferreira Leitão
Contadora Luci Melita Vaz
Contador Luiz Carlos Vaini
Contador Marcelo do Nascimento França
Contadora Maria Clara Cavalcante Bugarim
Contador Nelson Zafra
Contador Sebastião Célio Costa e Castro
Contadora Sílvia Mara Leite Cavalcante
Contadora Verônica Cunha de S. Maior
Téc. em Contab. Bernardo R. de Souza
Téc. em Contab. Doracy Cunha Ramos
Téc. em Contab. Grimaldi G. Dantas
Téc. em Contab. José Augusto C. Sobrinho
Téc. em Contab. José Lopes C. Branco
Téc. em Contab. José Odilon Faustino
Téc. em Contab. Miguel Angelo M. Lara
Téc. em Contab. Paulo Luiz Pacheco
Téc. em Contab. Pedro Miranda

Conselheiros Suplentes

Contador Antonio Carlos Dóro
Contador Amândio Ferreira dos Santos
Contador Carlos Henrique Menezes Lima
Contador Cláudio Morais Machado
Contador Delmiro da Silva Moreira
Contadora Eulália das Neves Ferreira
Contador Francisco Assis de Souza
Contador José Antonio de França
Contador José Correa de Menezes
Contador José Félix de Souza Júnior
Contadora Marly das Graças A. Tocantins
Contador Nelson Monteiro da Rocha
Contador Orismar Parreira Costa
Contador Reginaldo Luís Pereira Prates
Contador Rivaldo Costa Sarmento
Contador Roberto Carlos Fernandes Dias
Contador Sérgio Faraco
Contador Wellington do Carmo Cruz
Téc. em Contab. Aluizio Pires de Oliveira
Téc. em Contab. João Valdir Stelzer
Téc. em Contab. Luiz Auto Faniini
Téc. em Contab. Mauro Manoel Nóbrega
Téc. em Contab. Mário R. de Azevedo
Téc. em Contab. Paulo Roberto Campioni
Téc. em Contab. Paulo Viana Nunes
Téc. em Contab. Ronaldo Marcelo Hella
Téc. em Contab. Vivaldo Barbosa A. Filho

Editorial

Palavra da Presidente

Maria Clara Cavalcante Bugarim



Idephon Calasancio

Expediente

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE

SAS - QUADRA 5 - BLOCO J - Ed. CFC
CEP 70070-920 - BRASÍLIA-DF
TEL: (61) 3314-9600 - FAX: (61) 3314-9514
www.cfc.org.br - cfc@cfc.org.br

Permitida a reprodução de qualquer matéria, desde que citada a fonte.

Jornal do CFC

Ano 9 - Nº 84 - outubro/novembro/dezembro 2006
EDIÇÃO/JORNALISTA RESPONSÁVEL: Fabrício Santos - DF 2887JP
REDAÇÃO: Fabrício Santos e Maristela Giroto
PROJETO GRÁFICO: Simone Silva e Marcus Hermeto
DIAGRAMAÇÃO: Marcus Hermeto e Helena Lamenza
REVISÃO: Maria do Carmo Nóbrega e Patrício Noronha
COLABORAÇÃO: Rosângela Bekman e Patrícia Vieira
ANÚNCIOS: Tel: (61) 3314-9513
comsocial@cfc.org.br
Tiragem: 62.000 exemplares

Cartas

Artigos

Caros leitores e profissionais da Contabilidade,

Caso queiram publicar resenhas dos seus livros, favor encaminhar um e-mail para comsocial@cfc.org.br e uma capa do exemplar digitalizada, no tamanho 300 DPIs no formato JPEG.

II ENCCCC é aberto no CFC

O II Encontro Nacional de Coordenadores do Curso de Ciências Contábeis (ENCCCC), promovido pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), foi aberto no dia 29 de março, às 19 horas, com a presença de mais de 300 participantes. Na solenidade, os presentes puderam ouvir o presidente da Fundação Brasileira de Contabilidade (FBC), José Antônio de França; o presidente da Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas (CTOC) de Portugal, António Domingues de Azevedo; a presidente do Conselho Federal de Contabilidade, Maria Clara Cavalcante Bugarim; e, ainda, o presidente da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Marcelo Trindade, que fez a palestra magna. O presidente do Comitê de Integração Latino Europa-América (Cilea), José Maria Martins Mendes, também compôs a mesa de honra da abertura do evento.

O presidente da International Federation of Accountants (IFAC), Fermín Del Valle, tinha presença confirmada na abertura do Encontro, porém, em função de atraso da viagem aérea, ele participou da programação do evento apenas no dia 30. Ao lado do professor da Universidade de São Paulo (USP) e membro do Conselho Consultivo de Práticas Standards Advisory Council do International Accounting Standards Board (IASB), Nelson

Carvalho, Fermín Del Valle falou a respeito do XVII Congresso Mundial de Contadores, realizado em novembro de 2006, na Turquia.

A interação com os acontecimentos internacionais relacionados



O vice-presidente de Desenvolvimento Profissional do CFC, Josep Martonio Alves Coelho, o presidente do IFAC, Fermín Del Valle, a Presidente do CFC, Maria Clara Cavalcante Bugarim, e o presidente da CVM, Marcelo Trindade

à profissão contábil foi um dos objetivos do II Encontro Nacional de Coordenadores do Curso de Ciências Contábeis. O evento visou também discutir as tendências da profissão no País e, inclusive, tratar de temas polêmicos, como ética, transparência, perfil profissional e assuntos gerais ligados à formação dos contadores.

O presidente da FBC, José Antônio de França, falou aos presentes sobre a sua satisfação, como professor, de ver o Sistema CFC/CRCs de mãos dadas com as instituições que formam a inteligência da Contabilidade no Brasil. “A reedição desse evento só confirma que a opção por esse trabalho conjunto entre entidades de ensino, educadores e sistema contábil brasileiro

é uma ação acertada”, afirmou, lembrando da primeira edição do Encontro, realizada em 2006.

“Todos nós estamos aqui movidos pelo sentimento comum de fazer do conhecimento contábil ensinado no Brasil uma alavanca forte para vencermos os desafios e podermos atender as necessidades do mercado, como um todo”, ressaltou José Antônio de França.

União e sinergia

O presidente da Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas (CTOC) de Portugal, António Domingues de Azevedo, agradeceu o convite do CFC para participar do Encontro e expôs a sua satisfação de “poder

compartilhar de um momento em que as universidades dão as mãos às instituições contábeis”. Entidade portuguesa com missão similar à do Conselho Federal de Contabilidade no Brasil, a CTOC congrega os Técnicos Oficiais de Contas – é dessa forma que são chamados os contadores em Portugal.

Em uma rápida apresentação da CTOC aos presentes, António Domingues de Azevedo citou a criação da entidade e a regulamentação da profissão, ocorridas há apenas 11 anos. “Trata-se de uma profissão de interesse público, e é preciso inscrição na CTOC para que os profissionais possam atuar”, afirmou o presidente da Câmara portuguesa, acrescentando que os Técnicos Oficiais de Contas têm a função de “planificar, organizar e elaborar a contabilidade das entidades, as quais necessitam ter a contabilidade organizada”.

Uma das importantes contribuições que o presidente da CTOC trouxe ao II Encontro Nacional de Coordenadores do Curso de Ciências Contábeis diz respeito à experiência portuguesa no reconhecimento dos cursos que dão acesso à inscrição, por parte da CTOC.

Logo após a apresentação de António Domingues de Azevedo, a presidente do CFC, Maria Clara Cavalcante Bugarim, agradeceu a participação do presidente da Câmara portuguesa e reforçou que “a união gera a sinergia que a classe contábil precisa”.

Segundo Maria Clara, quando uma iniciativa é coroada de êxito, manda o bom senso que ela seja repetida, por isso o CFC colocou o Encontro Nacional de Coordenadores do Curso de Ciências Contábeis em seu calendário oficial de eventos: “Naturalmente, seguindo-se cada edição de ajustes, melhorias e atualização do conteúdo programático, sem desviar o seu foco da busca permanente de excelência na formação das futuras gerações de contadores”.

A presidente do CFC disse que a idéia que norteia o Encontro é ligar o CFC aos professores das diversas disciplinas contábeis para que eles, oportunamente, possam fazer uma abordagem holística das Ciências Contábeis. “Ao encontrarmos-nos, no II Encontro, com os responsáveis diretos pela formação, informação e atuação do profissional contábil brasileiro,



O Presidente da CVM, Marcelo Trindade.



A mesa de honra da abertura do evento durante discurso do presidente do CTOC, António Domingues de Azevedo.

Arthur Monteiro

Arthur Monteiro

Coordenadores debatem o Sinaes

O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), que vem sendo implementado pelo Ministério da Educação (MEC), foi discutido durante o II Encontro Nacional de Coordenadores do Curso de Ciências Contábeis (ENCCCC), promovido pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e realizado nos dias 29 e 30 de março, em Brasília.

O painel, que contou com a presença do professor Dilvo Ilvo Ristoff, diretor de Avaliação e Estatística da Educação Superior do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), órgão do MEC, teve o propósito de permitir aos coordenadores das Instituições de Ensino Superior (IESs), por meio de dois representantes, interagir com um participante do MEC sobre os tópicos que serão levados em consideração na avaliação dos cursos e das instituições.

Representando os coordenadores de cursos de Ciências Contábeis, participou do painel o diretor-presidente da Fundação Instituto Capixaba de Pesquisas em Contabilidade, Economia e Finanças (Fucape), professor Aridelmo José

Campanharo Teixeira. O vice-presidente de Desenvolvimento Profissional do Conselho Regional de Contabilidade do Ceará (CRCCE), professor Eduardo Araújo de Azevedo, representou os professores. A coordenação do painel ficou a cargo do vice-presidente de Desenvolvimento Operacional do CFC, Juarez Domingues Carneiro.

“Talvez nunca na história do CFC nós tenhamos tido tantos conselheiros e vice-presidentes ligados à área de educação como agora”, afirmou o coordenador, na abertura do painel. Também professor universitário, Juarez Carneiro falou sobre a oportunidade que significou o II ENCCCC: “Esta é uma grande oportunidade para tirarmos nossas dúvidas e trocarmos informações sobre um tema que faz parte do dia-a-dia dos coordenadores de cursos de Ciências Contábeis, a avaliação”.

O Sinaes

O professor Dilvo Ilvo Ristoff fez uma apresentação sobre o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), o qual, segundo ele, ainda está sendo implantado. Entre as muitas definições de avaliação, o representante do MEC enfatizou aquela que tem sido utilizada pelo órgão: “A investigação sistemática do valor e do mérito de algum objeto”.

Ristoff citou as origens do Sinaes e lembrou que o Sistema surgiu num contexto em que a educação brasileira passou, nos últimos 15 anos, por pelo menos dez grandes características. Entre elas, o professor relacionou a expansão, a privatização, a diversificação de modelos, a centralização do sistema (“93% da educação superior brasileira depende da União para o seu processo regulatório”), a

ampliação do acesso (“sem, contudo, significar democratização”), o desequilíbrio da oferta, a ociosidade de vagas e outras.

Segundo o representante do MEC, essas são algumas das grandes características que influenciaram a proposta de governo, gerando a iniciativa de rever o sistema de avaliação existente. Além disso, ele citou que a avaliação tem origem na própria Constituição Federal (promulgada em 1988), que diz, no Art. 209: “O ensino é livre à iniciativa privada mediante avaliação de qualidade pelo poder público”.

Em um retrospecto sobre a criação do Sinaes, Ristoff mencionou que a idéia é que o Sistema seja uma espécie de nova síntese de todo o histórico da avaliação brasileira, o qual registra vários momentos: começa em 1976, com a avaliação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes); em 1983, houve a edição do Programa de Avaliação da Reforma Universitária; em 1985, criou-se o Grupo Executivo para a Reforma da Educação Superior (Geres); em 1996, instituiu-se o Exame Nacional de Cursos; e, em 2003, chegou-se ao Sinaes.

O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior, de acordo com o professor, integra: os instrumentos de avaliação, os instrumentos de avaliação aos de informação, os espaços de avaliação no MEC e a auto-avaliação à avaliação externa. Além disso, o Sinaes articula, sem confundir, avaliação e regulação e propicia coerência entre a avaliação e os seus objetivos e a política para a educação superior.

“O Sinaes tem três grandes

instrumentos de avaliação, que são o de avaliação institucional, o de avaliação de cursos e o de desempenho”, relata Ristoff. Para ele, esses instrumentos são extremamente importantes, mas eles



Mesa de honra do painel.

Miguel Meilo

não independem dos instrumentos de informação, como o censo da educação superior e de todos os outros sistemas de informação de que o Inep dispõe.

Sistema da educação superior

O representante do MEC no II ENCCCC revelou que, em 2004, havia 2.013 Instituições de Ensino Superior (IESs) no Brasil, número que, em 2005, subiu para 2.300. Além da grandiosidade do Sistema, outro aspecto ressaltado pelo professor foi que esse sistema é essencialmente privado: em 2004, havia 1.789 IESs privadas contra apenas 224 públicas.

Ainda, ele citou outra característica marcante do Sistema brasileiro, que é a idéia do modelo único: “Temos apenas 8% de instituições que podemos chamar de universidades (conforme o que define a Constituição Federal); as demais são instituições pequenas”.

Entre outras características, o professor revelou que tem ocorrido, ano a ano, expansão no número de matrículas – hoje há cerca de quatro milhões e 500 mil estudantes matriculados no ensino superior no Brasil. Porém, ele acrescentou que o ritmo de crescimento vem decrescendo nos últimos anos.



Professor Dilvo Ilvo Ristoff, representante do MEC

Arthur Monteiro

Representantes da Anpcont falam de tendências da profissão

Permitir o encontro dos coordenadores dos cursos de Ciências Contábeis com os integrantes da Associação Nacional dos Programas de Pós-graduação em Ciências Contábeis (Anpcont) para discutir as tendências da profissão. Esse foi o principal objetivo do painel Convergências das Normas Internacionais: Tendências Mundiais da Profissão e da Educação, realizado no dia 30 de março, como parte da programação do II Encontro Nacional de Coordenadores do Curso de Ciências Contábeis. Participaram do painel os diretores da Anpcont Jorge Katsumi Niyama, professor da Universidade de Brasília (UnB), e Fábio Frezatti, professor da Universidade de São Paulo (USP), sob a coordenação do conselheiro do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) Nelson Zafra.

O professor Jorge Katsumi iniciou a sua participação com um questionamento: “Afinal de contas, o que é Contabilidade Internacional?” Para um entendimento mais definido sobre o conceito relativo ao tema, ele apresentou alguns pontos para reflexão: “Será que Contabilidade Internacional seria o ramo da Contabilidade que estuda as práticas contábeis adotadas em outros países? Seria o ramo da Contabilidade que estuda padrões contábeis editados por organismos reguladores e normatizadores internacionais, como o International Accounting standards Board (IASB)? Seria o estudo dos critérios de reconhecimento, mensuração e evidência usados internacionalmente? Seria, ainda, o campo de atuação da Contabilidade que analisa os objetivos de convergência de normas contábeis em nível mundial? Ou seria uma área de conhecimento que estuda os diferentes tipos de financial reporting e as causas dessas diferenças internacionais?”

Para o professor da UnB, Contabilidade Internacional pode ser alguma coisa relacionada a essas informações ou pode ser um pouco de tudo isso. Ele lembrou que o Minis-

tério da Educação (MEC) estabelece que a grade curricular do ensino de graduação em Ciências Contábeis contempla conhecimentos sobre padrões contábeis internacionais (Resolução nº 10/2004). “Ou seja, o estudante deve sair do curso com pelo menos conhecimento dos padrões internacionais contábeis”, afirma.



Professor Fábio Frezatti, da diretoria da Anpcont

Pesquisas

Com a finalidade de mostrar um panorama da realidade atual em relação a essa exigência, Jorge Katsumi citou algumas pesquisas, como a da professora Elionor Farah (da Fecap), que buscou conhecer a percepção dos alunos de graduação sobre conhecimentos e habilidades para atuar no ambiente internacional, e a do professor Thiago Echternicht (da Universidade Federal da Paraíba), que desenvolveu busca para saber quantas Instituições de Ensino Superior (IESs) no Brasil oferecem a disciplina Contabilidade Internacional – a qual constatou que, da amostra consultada, apenas 21% informaram atender à exigência do MEC.

Além disso, o professor apresentou pesquisa realizada pela UnB, em 2006, para avaliar quantos

cursos de Ciências Contábeis estão autorizados a funcionar no Brasil e quantos deles estão sediados em capitais dos estados. Os números são os seguintes: em meados do ano passado, havia 888 IESs oferecendo o curso de Ciências Contábeis e 286 delas estavam sediadas nas capitais brasileiras; dessas 286, 183 tornaram disponíveis na internet as respectivas grades curriculares e, dessa amostra (183), apenas 44 apresentaram a disciplina Contabilidade Internacional.

Jorge Katsumi falou ainda sobre os principais desafios para a inclusão da disciplina de Contabilidade Internacional nos cursos de graduação e, também, citou as principais divergências contábeis brasileiras em relação às internacionais editadas pelo IASB. “Se queremos a convergência das normas, primeiro temos que cumprir o dever de casa”, afirmou, citando que é preciso melhorar os conhecimentos sobre Teoria da Contabilidade, fortalecer a qualificação técnica dos docentes, manter intercâmbio com entidades e organismos internacionais, proporcionar maior acesso da academia e da profissão na discussão e na elaboração de normas e incentivar a pesquisa nas IESs para o desenvolvimento da Contabilidade Internacional.

Contabilidade Financeira X Gerencial

Abordando as tendências da profissão, o professor Fábio Frezatti falou a respeito da importância de se diferenciar contabilidade financeira da gerencial. Segundo ele, a financeira tem as seguintes características: tem foco, é impositiva, homogênea, relaciona-se a políticas nacionais, tem visão global e visão conceitual neoclássica. Já a contabilidade gerencial, segundo o professor da USP, trabalha com questões variadas, tratamento customizado, diferenciação estratégica e tem visão conceitual de teorias organizacionais.

“O que eu estudo é a relação entre contabilidade e planejamento, estratégia; muitas das minhas leituras mostravam que a contabilidade decorre da estratégia, porém, cada vez mais estamos percebendo autores que mostram que a contabilidade afeta, muda a estratégia”, afirmou Frezatti.

As diferenças mais relevantes entre as duas contabilidades, conforme a explanação do professor, são: os usuários básicos da informação, os tipos de sistemas contábeis, a liberdade de escolha, as unidades de mensuração, o foco de análise, o horizonte temporal e a frequência de emissão de relatórios, o grau de confiabilidade, os órgãos reguladores ou de influência e o responsável técnico pela elaboração.



O coordenador do painel, conselheiro do CFC Nelson Zafra e o diretor da Anpcont, professor Jorge Katsumi.

CPC prepara nova audiência pública

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) pretende disponibilizar para audiência pública, nas próximas semanas, a minuta de Pronunciamento Técnico sobre “Os efeitos das mudanças nas taxas de câmbio nas conversões das Demonstrações Contábeis”. O tema possui correlação com a International Standard on Auditing (ISA) 21, editada pela International Federation of Accountants (IFAC).

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis é constituído por membros das seis entidades representativas da área contábil mais

importantes do País: Associação Brasileira das Companhias Abertas (Abrasca), Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais (Apimec), Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa), Conselho Federal de Contabilidade (CFC), Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (Fipecafi) e Instituto

dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON).

Esse será o segundo Pronunciamento Técnico a ser disponibilizado pelo CPC para consulta pública. Além dos membros do Comitê, partici-

param do processo de discussão da minuta representantes da Federação Brasileira de Bancos (Febraban) e da Confederação Nacional da Indústria (CNI).

O primeiro Pronunciamento – “Redução no Valor Recuperável de Ativos” – ficou em audiência de dezembro de 2006 ao dia 31 de março. Agora, a minuta será encaminhada para a revisão final, com a análise das medidas recomendadas pelas audiências públicas. Posteriormente, a minuta será apreciada em reunião do CPC, sendo finalmente aprovada. A partir daí, de acordo com o Regimento Interno do Comitê, o Pronunciamento será submetido ao Plenário do CFC, para ser transformado em norma contábil.



CVM submete à audiência pública deliberação sobre o CPC

A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) colocou em audiência pública a minuta de Deliberação que dispõe sobre a possibilidade de audiência pública conjunta com o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e sobre a aceitação dos pronunciamentos técnicos emitidos pelo CPC. As sugestões e os comentários, por escrito, deverão ser encaminhados, até o dia 4 de maio, à Superintendência de Normas Contábeis e de Auditoria, preferencialmente através do e-mail audpublicassnc0107@cvm.gov.br ou, ainda, por meio do seguinte endereço: rua Sete de Setembro, 111/27º andar – Centro – Rio de Janeiro – CEP 20050-901.

Segundo a CVM, o objetivo é evitar a duplicidade de esforços e acelerar o processo de aprovação de normas contábeis, possibilitando que o público interessado possa se manifestar a respeito da mudança na sistemática atual com a introdução do modelo de audiência pública única pela CVM e pelo CPC. Atualmente, a CVM vem analisando, discutindo e, após colocação em audiência pública própria, referendando pronunciamentos emitidos pelo Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON). Esses mesmos

pronunciamentos têm sido, ainda, previamente à apresentação à CVM, submetidos a processo de discussão, análise e audiência pública pelo IBRACON.

O edital de audiência pública da CVM – SNC no 01/2007 – enfatiza a necessidade e a importância de as práticas contábeis brasileiras se tornarem convergentes com as internacionais. O documento relata também que o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) foi idealizado como órgão voltado para a emissão e a manutenção de um corpo de pronunciamentos contábeis alinhado com as normas internacionais e está organizado como órgão independente dentro do Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A divulgação simultânea por meio das páginas da CVM e do CPC na internet, ainda de acordo com o edital, amplia a capacidade de atingir os diversos segmentos da sociedade interessados em opinar no processo de adoção das normas contábeis internacionais ao ambiente brasileiro.

Outras informações podem ser obtidas no site da Comissão de Valores Mobiliários: www.cvm.gov.br ou do Comitê de Pronunciamentos Contábeis: www.cpc.org.br.

CFC discute a criação da Super-Receita

O projeto de lei que cria a Super-Receita, estrutura que unifica as ações de fiscalização e de arrecadação dos ministérios da Fazenda e da Previdência – aprovado pela Câmara dos Deputados no dia 14 de fevereiro – foi sancionado pelo Presidente da República em meio a um amplo debate quanto aos benefícios ou prejuízos que poderá acarretar aos contribuintes. Pela argumentação oficial, a Super-Receita dará mais eficiência ao fisco. Por outro lado, cogita-se que o principal objetivo do novo órgão seja aumentar a arrecadação de tri-

butos sem a necessidade de aprovar no Congresso Nacional elevações das alíquotas dos impostos e das contribuições sociais.

Houve também polêmica quanto à emenda incluída no projeto que estabelece que os auditores só podem autuar uma empresa se houver uma decisão prévia da Justiça. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva vetou essa emenda.

Para o Vice-presidente de Fiscalização, Ética e Disciplina do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), Enory Luiz Spinelli, essa polêmica da criação da Super-Receita deve ser

ampliada para o âmbito da educação fiscal, com o governo dando o exemplo, o primeiro passo para se atingir toda a sociedade.

“Nós, no Brasil, mantemos uma centralização de poder fiscal de arrecadar, o que contradiz a própria Constituição. Politicamente, o Brasil é formado por um sistema federado, entretanto, na prática, quando se trata de arrecadação tributária, o volume está concentrado na esfera do poder central. Se não ocorrer um redesenho da matriz tributária, continuaremos a assistir ao atual cenário com ape-

nas um viés: o poder agigantado”, afirma Spinelli.

Para ele, o modelo da Super-Receita pode ser interessante se for adotado o modelo canadense: “Porém, para atingirmos esse estágio, será necessário democratizar a política fiscal/tributária, e o Governo precisará discutir com a sociedade o tamanho do Estado, o chamado ‘custo Brasil’; desburocratizar; dar um basta nas Medidas Provisórias”.

Veja a seguir a entrevista concedida pelo vice-presidente de Fiscalização, Ética e Disciplina sobre a criação da Super-Receita:

Jornal do CFC

O sr. acha que essa unificação das estruturas de fiscalização e de arrecadação dos ministérios da Fazenda e da Previdência pode significar aumento da carga tributária?

Spinelli

No atual cenário, tudo é possível. Pelo fato de existir uma política tributária centralizada, por meio de uma Medida Provisória, é possível aumentar imposto.

Portanto, sem que haja mudanças estruturais da política fiscal, continuaremos a conviver com a filosofia do socialismo fiscal concentrado brasileiro.

Jornal do CFC

Pela argumentação oficial, a nova estrutura dará mais eficiência ao fisco, uma vez que um mesmo corpo técnico, trabalhando com uma base de dados comum, será encarregado de fiscalizar o pagamento tanto da contribuição previdenciária como dos demais tributos. O sr. concorda com essa argumentação?

Spinelli

Somente consigo visualizar esta eficiência pelo lado fiscal da

arrecadação. Mas, para o contribuinte brasileiro, que hoje é onerado com uma das maiores cargas tributárias do mundo, acima de 40% do valor agregado do que produz, não acredito em eficiência em processo de mudança, se é que se pretende mudar, não pode ser confundida com

facilitar a obtenção de uma certidão negativa, que não dá mais espaço para a regu-

laridade fiscal do contribuinte. Mas é isso que está sendo dito.

Jornal do CFC

O sr. acredita que o novo órgão poderá possibilitar um “trem da alegria”, com a generalização de poderes e benefícios a outros servidores (como fiscais da Previdência e técnicos da Receita), antes concentrados nas mãos dos auditores?

Spinelli

A história é rica em exemplos. Toda a concentração de poder carrega consigo o corporativismo, engessa a economia, burocratiza a vida do cidadão e a pobreza e a criminalidade aumentam. Se pretendemos mudar, é preciso evoluir na prática da democracia e na educação fiscal. Do contrário, nada mudará e o tempo dirá.

Jornal do CFC

A Super-Receita tira da autoridade fiscal (os auditores) a atribuição de reconhecer relação de trabalho entre empresa e contratado, definindo se há, ou não, vínculo empregatício. O sr. acredita que isso facilitará a formação de “empresas de fachada” e poderá haver perda de arrecadação?

Spinelli

O poder de fiscalizar não pode ser imperativo a ponto de interferir na

vida do cidadão, sobre o que ele quer ser e de que forma pretende exercer a sua atividade profissional ou empresária. Não cabe ao fisco ser detentor de tamanho poder a ponto de determinar e atribuir a forma que o sujeito pode ou não pode exercer a sua relação de trabalho, mas sim, como o sujeito recolhe o seu imposto. É um equívoco confundir a liberdade de fazer e de ser do cidadão com a sua responsabilidade fiscal de pagar o imposto justo.

Jornal do CFC

O ministro Guido Mantega, da Fazenda, disse que a Super-Receita vai facilitar a vida das empresas, dando mais eficiência na fiscalização porque diminui a burocracia. O sr. concorda com isso?

Spinelli

Entre o discurso e a prática há uma enorme distância. Acredito que falta conhecimento do que é realmente o dia-a-dia do contribuinte brasileiro e o quanto a burocracia afeta o desenvolvimento, que, por sua vez, alimenta o desemprego, a pobreza e a criminalidade. Não será a Super-Receita, por si só, que irá resolver todos os problemas. Precisamos ser mais realistas e menos utópicos, pensar mais na sociedade brasileira como um todo e menos em poder.



VI Encontro Nacional da Mulher Contabilista é lançado em Florianópolis

Um evento para marcar história. Assim a presidente do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), Maria Clara Cavalcante Bugarim, definiu sua expectativa de como será o VI Encontro Nacional da Mulher Contabilista, a ser realizado de 7 a 9 de junho, em Florianópolis (SC). No lançamento oficial, realizado no dia 26 de fevereiro, no auditório do Conselho Regional de Contabilidade de Santa Catarina (CRCSC), ela fez uma apresentação do Encontro, ressaltando que a programação foi cuidadosamente elaborada, de forma a garantir espaço tanto para o debate de temas essencialmente técnicos, como governança corporativa, quanto de assuntos de interesse mais geral. “Estamos aliando o técnico com o lazer e a descontração”, observou Maria Clara.



A presidente do CFC, Maria Clara Cavalcante Bugarim, discursa no lançamento do VI ENMC

As palestras do VI Encontro Nacional da Mulher Contabilista ficarão a cargo de profissionais de renome, a exemplo da contadora geral da Petrobrás, Mariângela Tizzato, e do consultor Roberto Wong – considerado pela revista *The Economist* um dos 200 mais destacados *headhunters* (caçadores de talentos) do mundo – entre outros.

A solenidade de lançamento do Encontro contou com a participação de várias lideranças contábeis. Estiveram presentes todos os presidentes dos Conselhos Regionais de Contabilidade (CRCs) das regiões Sul e Sudeste, além das coordenadoras

da Comissão Nacional e das Comissões Estaduais do Projeto Mulher Contabilista.

Em seu pronunciamento, o presidente do CRCSC, Nilson José Goedert, manifestou a satisfação do estado em sediar pela primeira vez o evento, “principalmente quando a entidade máxima dos contabilistas brasileiros – o Conselho Federal de Contabilidade – é presidida por uma mulher”. Ele garantiu que os homens também marcarão presença no encontro, “pois é por meio da união que se pode avançar em direção a uma sociedade mais justa e igualitária”.

Nilson José Goedert disse ter a expectativa de que o VI Encontro “pavimente o caminho das mulheres rumo a funções que há muito tempo já deviam



O presidente do CRCSC, Nilson José Goedert, durante o seu discurso

ocupar, como líderes políticas, comunitárias e classistas”.

Representando o presidente da Assembleia Legislativa de



Mesa de Honra do lançamento do VI ENMC

Santa Catarina, a deputada Ada de Lucca elogiou a “garra e a determinação” manifestada pelas integrantes do Projeto Mulher Contabilista: “É um exemplo para as demais categorias”.

Antes do lançamento, todas as coordenadoras estaduais, juntamente com a coordenação nacional do Encontro, reuniram-se e comprometeram-se a trazer a Florianópolis cerca de duas mil contabilistas. Presente na reunião, o presidente do CRCSC disse que metade desses participantes deverá ser do estado.

Posse

Contador assume Secretaria da Juventude de Teresina (PI)

O contador Joaquim de Alencar Bezerra Filho tomou posse, em março, na recém-criada Secretaria Municipal da Juventude de Teresina (PI). “Como contador, na função de secretário municipal da Prefeitura de Teresina, tentarei estar mais presente no Poder Público quando das discussões que envolvam a classe contábil,

quer seja no âmbito técnico ou no social”, afirmou Bezerra Filho.

Palestrante convidado pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) em diversas ocasiões – a exemplo do 17º Congresso Brasileiro de Contabilidade, realizado em 2004, em Santos (SP) –, o novo secretário da Juventude de Teresina foi coordenador

da Comissão de Auditoria do Conselho Regional de Contabilidade do Piauí (CRCPI). Ele é também professor dos cursos de graduação e de pós-graduação em Ciências Contábeis da Universidade Estadual do Piauí (UESPI) e de pós-graduação do Centro de Ensino Superior do Vale do Parnaíba (Cesvale) e do Instituto

de Ensino Superior da Paraíba (IESP). Além disso, Bezerra Filho é presidente do PTB Jovem do Piauí e vice-presidente do PTB Jovem Nacional.



Programa Rede Contabilizando o Sucesso realiza Encontro de Coordenadores

Com a presença dos coordenadores do Programa Rede Contabilizando o Sucesso dos Conselhos Regionais de Contabilidade (CRCs) e das unidades estaduais do Sebrae, o II Encontro de Coordenadores do Programa Rede Contabilizando o Sucesso foi realizado nos dias 12 e 13 de março, no Hotel Bonaparte, em Brasília. O evento teve a finalidade de apresentar a proposta do Programa aos **representantes dos CRCs e das unidades do Sebrae**, capacitando-os para a aplicação do novo formato do projeto.

Esse Programa representa um aprimoramento do anterior – Contabilizando o Sucesso – que vinha sendo desenvolvido em vários estados, desde 2002, por meio de parceria do CFC com o Sebrae. Nesta etapa, o objetivo é criar e capacitar uma rede de profissionais de Contabilidade para assessorar as micros e pequenas empresas em sua gestão, focando o desenvolvimento da responsabilidade profissional e social do contabilista.



Acácio Pinheiro

A solenidade de abertura do II Encontro do Programa Rede Contabilizando o Sucesso contou com a presença do vice-presidente de Desenvolvimento Operacional do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), Juarez Domingues Carneiro, que representou a presidente da instituição, Maria Clara Cavalcante Bugarim. Do Sebrae Nacional, esteve presente o diretor Luiz Carlos Barboza, representando o presidente do órgão, Paulo Okamoto. Também fizeram parte da mesa de abertura do evento o presidente do Conselho Regional de Contabilidade do Distrito Federal (CRCDF), João Carlos Coelho de Medeiros, que

representou todos os presidentes de CRCs; a diretora do Sebrae do Distrito Federal, Maria Eulália Franco; e o coordenador do Comitê Gestor do Programa, João de Oliveira e Silva, que é conselheiro do CFC.

“Esse programa é muito importante para nós, porque precisamos criar no Brasil uma rede ampla, bem capacitada e capilarizada para que possamos atender milhões de empreendedores que têm pequenos negócios”, afirmou Luiz Carlos Barboza, citando ainda a expectativa de outros milhões de novos empreendedores, que deverão ingressar na formalidade em função da Lei Geral da Micro e Pequena Empresa.

O diretor do Sebrae Nacional destacou que o Brasil registra uma elevada mortalidade dos pequenos empreendimentos. Segundo ele, isso é ruim para o País e também para os contabilistas, que vêm diminuindo a sua clientela. “Esse Programa é fundamental, porque vai dar condições a esses contabilistas de poderem contribuir para que os seus clientes sejam mais competitivos, tenham maior durabilidade e possam gerar um desenvolvimento maior para o nosso país”, afirmou Barboza.

Segundo ele, “o casamento de interesses e de missão institucional do Sebrae e do CFC é fundamental para que os objetivos do Programa sejam alcançados”. Nesta nova fase, de acordo com o diretor do Sebrae Nacional, há a meta de que por meio de 5 mil organizações contábeis participantes, devidamente capacitadas, seja repassado conteúdo a pelo menos 150 mil micros e pequenas empresas de todo o Brasil. “É um número importante, mas que ainda representa um pequeno pedaço da gigantesca clientela potencial que temos para atender”, concluiu.

O vice-presidente de Desenvolvimento Operacional do CFC, Juarez Domingues Carneiro, afirmou que a presidente Maria Clara Cavalcante Bugarim, e o vice-presidente de Desenvolvimento Profissional, José Martonio Alves



Da esquerda para a direita: João Carlos Coelho de Medeiros, Juarez Domingues Carneiro, Luiz Carlos Barboza, Maria Eulália Franco e João de Oliveira e Silva

Acácio Pinheiro

Coelho, têm apostado no Programa e guardam muita esperança a respeito dos benefícios que pode proporcionar, não só aos contabilistas, mas também aos micros e pequenos empresários.

Para Juarez Domingues Carneiro é compreensível que uma parceira desse porte encontre pelo caminho situações delicadas, peculiares, pertinentes a cada estado da federação. “Essa é uma parceria que busca o casamento entre as duas instituições em todos os estados, e a gente sabe que nem sempre é possível alcançar aquilo que a gente se propõe a fazer, porque se

trata de um processo em desenvolvimento”, ressaltou, citando que alguns estados estão em estágio avançado, outros ainda estão com o Programa em construção.

Neste momento, segundo o vice-presidente de Desenvolvimento Operacional do CFC, é decisiva a participação dos coordenadores, tanto do Sebrae como dos CRCs, pois são eles que podem fornecer as informações necessárias para que se encontrem as soluções com o fim de que o programa tenha a amplitude que todos desejam.

O presidente do CRCDF, a diretora do Sebrae do Distrito Federal e o coordenador do Programa Rede Contabilizando o Sucesso, também falaram sobre a importância do desenvolvimento do Programa em todos os estados.

Logo após a abertura oficial do II Encontro de Coordenadores do Programa, houve uma homenagem a Evandro Manzano, ex-consultor do Sebrae e um dos membros do grupo que implantou o Programa Contabilizando o Sucesso. Emocionado, ele recebeu uma placa das mãos do coordenador João de Oliveira e Silva. “Evandro nos fez acreditar ainda mais no projeto, com seu conhecimento, comprometimento e respeito”, afirmou o vice-presidente de Desenvolvimento Operacional do CFC, Juarez Domingues Carneiro.



O vice-presidente de Desenvolvimento Operacional do CFC, Juarez Domingues Carneiro

Acácio Pinheiro

Novo sistema de consultas da legislação do CFC

Uma das maiores demandas verificadas no *site* do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) é a busca por legislação específica da classe contábil, incluindo-se as resoluções e as normas editadas pelo CFC – Normas Brasileiras de Contabilidade Profissionais (NBC P) e Técnicas (NBC T). Para facilitar o acesso a esse conteúdo pelos contabilistas e pela sociedade em geral, um **novos sistema de consultas** foi desenvolvido pela

área de Informática do CFC e já está disponível.

Segundo o gerente de Informática, Itamar Corrêa, o novo sistema possui os seguintes pontos positivos: leiaute diferenciado e mais amigável, menor tempo de resposta do resultado da consulta e mais opções de consultas. No sistema anterior, que estava em operação até esta semana, alguns problemas foram detectados pela Informática do CFC, como, por exemplo, indisponibilidade do sistema em vários momentos do dia, a necessidade de passar por várias telas para ter acesso ao conteúdo procurado e leiaute ultrapassado.

Pelo novo

sistema, o internauta deve clicar em legislação, botão localizado do lado esquerdo na página principal do *site*, e acessar o conteúdo de seu interesse. Nessa seção, poderão ser encontradas as resoluções que sofreram alterações ao longo dos dois últimos anos e as novas resoluções e instruções normativas editadas no mesmo período. Além disso, há a legislação de criação e de organização do CFC e dos Conselhos Regionais de Contabilidade (CRCs), a legislação federal de interesse da profissão contábil e a legislação específica da profissão, incluindo-se leis, decretos, resoluções, súmulas e instruções normativas.

Nos campos de acesso, basta a pessoa digitar o número da resolução, a ementa (palavra-chave) ou o ano de edição. Por exemplo, se um contabilista deseja obter informações sobre a legislação de escrituração contábil, pode escrever a palavra escrituração

no campo **Ementa** e clicar em consultar, que serão mostradas todas as resoluções e as normas que contemplam o assunto, com *link* para o conteúdo de cada uma delas. O mesmo procedimento pode ser feito com vários outros temas, como, por exemplo, retificação de lançamento, educação profissional continuada, ética profissional e outros.

O diretor-executivo do CFC, Dorgival Benjoi da Silva, destaca a forma simples e objetiva do novo sistema de consultas, trazendo facilidade para os contabilistas e demais interessados na legislação do CFC.

O coordenador de Informática garante que aqueles que necessitem fazer uso do novo sistema terão acesso à informação como deve ser, rápida e certa. “O que seria melhor em um sistema se não a exatidão das informações procuradas e num menor tempo?”, afirma Itamar Corrêa



Abertas as inscrições para o 6º Exame de Qualificação Técnica

O Diário Oficial da União do dia 2 de março publicou (Seção 3, páginas 97 a 99) o Edital CFC/CAE nº 13/2007, que trata da realização da sexta edição do Exame de Qualificação Técnica (EQT). A aprovação no Exame é condição necessária para o registro do contador no Cadastro Nacional de Auditores Independentes (CNAI) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Segundo o edital, as inscrições para o 6º EQT estarão abertas no período de 2 a 30 de abril e poderão ser feitas no *site* do CFC (www.cfc.org.br). As provas serão realizadas em todo o Brasil nas seguintes datas: 28 de maio – prova de Qualificação Técnica Geral; 29 de maio – prova específica para atuação em auditoria nas instituições reguladas pelo Banco Central do Brasil (BCB); e 30 de maio

– prova específica para atuação em auditoria nas instituições reguladas pela Superintendência de Seguros Privados. A taxa de inscrição é de R\$ 100,00 por prova.

Criado pela Resolução CFC nº 1.019, de 18 de fevereiro de 2005, o CNAI surgiu como resposta à exigência da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e do Banco Central do Brasil (BCB) de realização de exame de qualificação para os auditores que atuam nas áreas reguladas por esses órgãos. Posteriormente, a Superintendência de Seguros Privados (Susep) também passou a exigir a aprovação no Exame dos contadores interessados em atuar em auditorias nas instituições que regula. O 5º Exame de Qualificação Técnica, realizado em novembro de 2006, incluiu, pela primeira vez, prova específica para a Susep.

CFC disponibiliza publicação sobre Fiscalização Preventiva

Contadores, técnicos em contabilidade e demais interessados podem ter acesso, por meio do *site* do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) – www.cfc.org.br –, a uma nova publicação lançada pelo CFC. Trata-se de um kit contendo informações gerais sobre Fiscalização Preventiva.

O material foi editado com a finalidade de conscientizar os contabilistas para o melhor cumprimento do seu dever profissional, além de reduzir o número de autuações. Dessa forma, são analisadas na publicação as questões recorrentes e de maior interesse que convergem para a atuação dos profissionais e que são da competência institucional fiscalizadora do CFC.

As informações estão divididas em oito assuntos: 1) Por que a Contabilidade é obrigatória em todas as empresas? 2) Demonstrações contábeis – legislação e benefícios;

3) A Contabilidade dos partidos políticos; 4) A Contabilidade nos órgãos públicos: um dispositivo constitucional; 5) Contrato de prestação de serviços profissionais; 6) Decore: um documento importante e reconhecido pela sociedade; 7) Os trabalhos de auditoria – prestígio e responsabilidade; e 8) Por que a perícia contábil é privativa dos contadores?



Março

Domingo	Segunda-feira	Terça-feira	Quarta-feira	Quinta-feira	Sexta-feira	Sábado
				1	2	3
4	5	6	7	8	9	10
11	12	13	14	15	16	17
X 18	X 19	X 20	X 21	X 22	X 23	24
25	26	27	28	29	30	31

18 a 20 de março de 2007

XIV Seminário do Comitê de Integração Latino Europa América –CILEA.

Informações: secretaria@crcgo.org.br

21 a 23 de março de 2007

VIII ENECON – Encontro Nordestino de Contabilidade.

Informações: www.enecon.org.br

Acontece no CFC

Ações de implantação da ISO têm início no CFC

O sistema ISO – sigla de International Organization for Standardization, que significa Organização Internacional de Normalização – está em implantação no Conselho Federal de Contabilidade (CFC), processo que começou com a elaboração da política e dos objetivos da qualidade a serem executados na gestão do CFC. Esse trabalho inicial foi feito pelos conselheiros da instituição, durante o 2º Seminário de Gestão, realizado em janeiro. A partir daí, várias ações, envolvendo principalmente os funcionários, passaram a ser desenvolvidas.

Nos dias 31 de janeiro e 1º de fevereiro, representantes de todas as vice-presidências do CFC, que integram a equipe de Facilitadores da Qualidade, foram treinados pela Qualieng - Qualidade e Engenharia Ltda., empresa responsável pela implementação da ISO 9001:2000 no CFC. Essa é uma das normas internacionais que são publicadas pela Organização Internacional de Normalização. Conforme previsto no cronograma, no mês de maio o treinamento será estendido aos coordenadores de todas as áreas.

Além da Qualieng – empresa que foi responsável pela certificação do Conselho Regional de Contabilidade de Minas Gerais (CRCMG), entre outras instituições e empresas –, também trabalha na implantação da ISO, no CFC, a Parceria Consultores, respondendo pelo acompanhamento do redesenho dos processos pelas equipes.

As quatro primeiras equipes de redesenho que começaram a trabalhar nesses meses iniciais do ano são: Registro, Fiscalização,

Suprimentos e Eventos. Segundo a guardiã do Sistema de Gestão da Qualidade, Dayse Oliveira, coordenadores, facilitadores e membros das equipes de redesenho estão trabalhando para buscar a evolução contínua dos processos de seus setores. Ela destaca como ponto positivo o fato de os próprios funcionários estarem elaborando o redesenho, pois “são eles que têm conhecimento do trabalho no dia-a-dia de cada área”.

O diretor da Qualieng, João Batista dos Santos, chama a atenção para alguns benefícios da ISO: “Esse sistema padroniza as rotinas de trabalho, cria pontos de controles internos e indicadores de medição de desempenho, melhora a gestão

como um todo e, ao contrário do que muitos pensam, a ISO não burocratiza o trabalho, uma vez que é flexível e permite a revisão dos processos a qualquer momento”.

Qualidade em questão

Simultaneamente ao trabalho das equipes de Redesenho, os facilitadores da Qualidade têm desenvolvido algumas ações visando maior integração e envolvimento de todos os funcionários do CFC no processo de implantação da ISO. Exemplos são a realização de um concurso para a escolha do mascote CFC/ISO 9001:2000.

O concurso para a escolha do mascote também foi aberto a todos

os funcionários, que concorreram com trabalhos inéditos, cujas características deveriam abranger, preferencialmente, itens como a gestão da qualidade, a contabilidade e o CFC. Patrocinados pelas empresas Parceria Consultores e Qualieng - Qualidade e Engenharia Ltda., os três primeiros lugares concorreram aos seguintes prêmios: aparelho de televisão (1º), aparelho de DVD (2º) e um livro (3º).

CFC reinaugura Galeria de Presidentes

O ex-presidente do CFC, José Martonio Alves Coelho, gestão 2004/2005, foi homenageado na noite desta quarta-feira (28) com a reinauguração da Galeria de Ex-presidentes do CFC. Conselheiros, funcionários do CFC e vice-presidentes participaram da solenidade.

A trajetória do ex-presidente à frente a Presidência do CFC foi lembrada. Durante sua gestão, Martonio retomou o diálogo com parlamentares no Congresso Nacional e com o Poder Executivo, conseguindo a sanção da Lei nº 11.160, de 2/8/05, e, dessa forma, ampliou a representatividade do Plenário a todos os Estados da Federação, e a aprovação,

por unanimidade, também no Congresso, do projeto de lei que dispõe sobre o Exame de Suficiência. Além disso, desenvolveu um trabalho voltado para a convergência das normas brasileiras às normas internacionais, com a criação do Comitê de Pronunciamentos (CPC).

O trabalho que desenvolveu foi essencial na realização de eventos voltados para a valorização da profissão contábil, como o 17º Congresso Brasileiro de Contabilidade, que contou com cerca de 4.500 participantes; o V Encontro Nacional da Mulher Contabilistas; e a 26ª Conferência Interamericana de Contabilidade, que valorizaram a imagem do profissional da con-

tabilidade, solidificando, ainda mais, a influência do CFC perante a classe mundial.

Após o descerramento de sua foto, José Martonio, fez um breve resumo de sua trajetória profissional e política perante a classe. “Sinto-me honrado de poder participar da inauguração da nova Galeria, porque dela fazem parte importantes profissionais contábeis do Brasil”, enfatizou.

A solenidade foi encerrada pela presidente do CFC, Maria Clara Cavalcante Bugarim, que comentou o quanto a história de vida do ex-presidente agregou ao Sistema CFC/CRCs, primando sempre pela qualificação e capacitação da classe contábil.



Seja um assinante da
REVISTA BRASILEIRA DE CONTABILIDADE
Acesse o site www.cfc.org.br e faça a sua assinatura *on-line*.

Você pode ainda ligar gratuitamente para 0800-611946, de segunda a sexta-feira, das 8 às 18 horas ou enviar um fax (61) 3226-6547.

